

O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações *Black activism in Portugal: dynamics and claims*

Ana Caroline Trindade dos Santos* e Pedro Vasconcelos**

Resumo O presente artigo tem como objetivo apresentar uma linha histórica das lutas antirracistas impulsionadas pela sociedade civil portuguesa através das movimentações políticas de duas associações: SOS Racismo e a DJASS. A partir dos percursos trilhados pelas associações antirracistas, em tempos diferenciados, vamos compreender as mudanças no movimento associativo, organizado em torno da população imigrante, e nas suas estratégias de mobilização política a partir dos confrontos "ideológicos" com o Estado português e suas ações de integração, em nome de uma multiculturalidade. Os sujeitos políticos organizados reivindicam o direito de imigrar e de ter na sociedade recetora políticas públicas acolhedoras que lhe garantam status de cidadão nacional.

Palavras-chave Associativismo, lutas antirracistas, imigrantes, cidadão nacional.

Abstract This article aims to present a historical timeline of antiracist struggles promoted by Portuguese civil society through the political movements of two associations: SOS Racismo and DJASS. From the paths traced by antiracist associations, at different times, we will understand the changes in the associative movement, organized around the immigrant population, and its strategies of political mobilization emanating from the "ideological" confrontations with the Portuguese State, and its actions of in the name of multiculturalism. Organized political subjects claim the right to immigrate and have welcoming public policies in the host society that guarantee national citizenship status.

Keywords Associativism, antiracist struggles, immigrants, national citizen.

*ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, Emails: actss1@iscte-iul.pt e lintrindadess@yahoo.com.br

** ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, Email: pedro.vasconcelos@iscte-iul.pt

O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações

Ana Caroline Trindade dos Santos e Pedro Vasconcelos

Introdução

As configurações da sociedade civil no século XXI devem ser analisadas a partir dos resultados do processo de globalização, fenómeno mundial que teve o papel central na internacionalização da economia, da política e das redes de sociabilidade humana, nomeadamente na passagem do século XX para o XXI. A globalização pode ser entendida como um processo de transformação das relações sociais e produtivas em escala planetária cujas barreiras entre os Estados-Nação foram ultrapassadas e possibilitaram a construção de uma rede mundial de relações económicas e socioculturais cuja dimensão política será a principal mediadora dos interesses locais e globais. Giddens (2004) afirma que as causas para a globalização podem ser destacadas por três pilares: as mudanças políticas, os fluxos de informação e as empresas transnacionais.

O alto fluxo de imigração para Portugal não é um fenómeno recente e as leituras demarcam que o crescimento do fluxo migratório viria a acontecer após o 25 de abril de 1974, momento de reconstrução da democracia com o encerramento da guerra pelas independências dos cinco países africanos que foram colonizados por Portugal durante o século XX. Para Filice (2017), o processo migratório em Portugal pode ser compreendido em três principais fases e seu resultado trouxe o multiculturalismo como categoria analítica para dar conta das complexidades étnico raciais que permeiam as relações sociais portuguesas.

Numa primeira leva, além dos portugueses, tratou-se de imigrantes oriundos de Angola e Moçambique e, nos anos subsequentes, também Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os cabo-verdianos, depois dos brasileiros, seriam a maior presença de falantes da língua portuguesa em Portugal, formando a chamada "primeira onda de imigração". A segunda onda foi construída por asiáticos e um "terceiro ciclo" migratório, sobretudo nos anos noventa traduziu-se na imigração do Leste Europeu. Estas presenças formam o caldo racial de maior destaque e compõem faces do quadro étnico-racial presentes em Portugal, interpretado por diversos dos seus analistas sociais como multiculturalismo. (Filice, 2017: 82).

Esses fatores provocam mudanças nas relações sociais e estruturais na sociedade portuguesa e segundo Ferguson (2016: 75) essas mudanças são consequências das políticas neoliberais implementadas no Estado Providência em que é possível constatar "em toda a Europa o crescimento do racismo e da xenofobia, desde o racismo oficial 'soft', que implica em culpar de alguma forma os imigrantes pela crise global do capitalismo, até ao Nazismo organizados em países como a Grécia e a Hungria." No contexto lusófono são os imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e os grupos dos povos ciganos que sofrem historicamente discriminações étnico raciais, além da xenofobia.¹

Ao aprofundarmos a análise sobre os fluxos migratórios e a realidade portuguesa, a literatura nos indica que os contextos migratórios estão relacionados com o

aprofundamento das desigualdades, como fator preponderante de motivação para a saída, e também com as diásporas globais. Nomeadamente em Portugal, os processos migratórios que envolvem os/as portugueses/as numa perspectiva de emigração para áreas com potencial de maior empregabilidade. Já as diásporas globais dizem respeito aos imigrantes que passaram por um processo de "dispersão de uma população étnica a partir de sua terra natal para áreas estrangeiras, muitas vezes forçada ou em circunstâncias traumáticas" (Giddens, 2004: 262). O autor destaca que a redistribuição das populações, via diáspora, traz na história resultados relacionados diretamente ao genocídio dos judeus e à escravidão dos africanos.

A partir de Giddens (2004) compreendemos que os processos das diásporas não são estáticos e possuem características territoriais e socioeconômicas que os diferenciam nas suas complexidades políticas, no entanto, partilham alguns elementos que os distinguem enquanto diásporas. Entre esses destacamos: um movimento voluntário ou forçado da terra natal para uma nova ou novas regiões, memória partilhada da terra natal; um compromisso com a sua preservação e a crença na possibilidade de um eventual retorno; uma identidade étnica forte sustentada ao longo do tempo e da distância; um sentido de solidariedade com os membros do mesmo grupo étnico que também vivem em áreas de diáspora; uma certa tensão em relação às sociedades hospedeiras; um potencial para contribuições valiosas e criativas para sociedades hospedeiras pluralistas (Cohen, 1997, *apud* Giddens, 2004:265).

Ao analisar os processos das diásporas que envolve os povos africanos e seus descendentes, espalhados mundialmente pelo processo de colonização, as discussões sobre a temática demonstram que o conceito tem "uma conotação negativa ligada à dispersão forçada, à vitimização, à alienação, etc." (Almeida, 2014: 144). Nesse sentido, a concepção sobre diáspora se amplia e possibilita uma reflexão sobre os processos de imigração transnacionais e seus resultados na atualidade e a persistência histórica de negação do direito de sobreviver com dignidade e a cidadania das comunidades negras na diáspora.

Esses fatores provocam mudanças nas relações sociais e estruturais na sociedade portuguesa e segundo Ferguson (2016: 75) essas mudanças são consequências das políticas neoliberais implementadas no Estado Providência em que é possível constatar "em toda a Europa o crescimento do racismo e da xenofobia, desde o racismo oficial 'soft', que implica em culpar de alguma forma os imigrantes pela crise global do capitalismo, até ao Nazismo organizados em países como a Grécia e Hungria." No contexto português são os imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), bem como os ciganos quem mais sofre com discriminações étnico raciais e a xenofobias.

Nesse cenário a mobilização dessas comunidades, ou pelo menos de alguns protagonistas oriundos dessas comunidades, em torno de um ativismo social étnico, por meio de associações, ergue uma sociedade civil mobilizada para exercer pressão política sobre o Estado português no horizonte de construir estratégias de integração e de mobilidade social ascendente na sociedade portuguesa. Com o intuito de compreender as lógicas da sociedade civil a partir das associações que combatem as expressões do racismo em Portugal (especificamente contra a população afrodescendentes portuguesa², em

sua maioria oriunda dos PALOP), realizamos uma aproximação através de inserção nas atividades das entidades organizadas e entrevistas com dois ativistas oriundos de associações que combatem a discriminação e preconceito étnico-racial em Portugal – SOS Racismo e a DJASS – Associação de Afrodescendentes.

O associativismo afrodescendente em Portugal: etapas e processos

A combinação do fenómeno migratório e o crescimento do associativismo étnico em Portugal se revelou como uma ação política de defesa dos processos de integração dos sujeitos à realidade do país recetor, em que houve a consolidação de redes de solidariedade "espontâneas" organizadas pelos próprios imigrantes, especificamente os imigrantes africanos da primeira geração. A base teórica para analisar o papel do associativismo na sociedade civil e sua real função na inclusão de comunidades de imigrantes africanos na sociedade portuguesa foi construída a partir da conceção ampliada de Estado e suas determinações socioeconómicas no modelo do Estado-Providência adotado por Portugal no período democrático pós-1974.

Nas décadas seguintes a Revolução dos Cravos, os dados censitários contabilizaram uma mudança significativa no contingente de imigrantes africanos residentes em Portugal. Segundo dados dos censos de 2001 os cinco primeiros países de nacionalidade dos imigrantes foram: Angola (37.014), Cabo Verde (33.145), Brasil (31.869), Guiné-Bissau (15.824) e França (15.359). Em 2011 ocorre uma alteração de posições em que imigrantes de países europeus ocupam o terceiro e o quinto lugar: Brasil (109.787), Cabo Verde (38.895), Ucrânia (33.790), Angola (26.954) e Roménia (24.356). (Delgado, 2014).

Com uma crescente população de imigrantes africanos e seus filhos nascidos em Portugal, o quadro de demandas ao acesso das políticas sociais aumenta, a exemplo das necessidades em saúde, educação, habitação, emprego e segurança social, surgindo vinculadas as discriminações sofridas pelas minorias étnicas, conforme apontam Carita e Rosendo (1993: 139) ao elencarem seis aspetos que confirmam as discriminações: falta de acesso aos lugares de decisão nos sindicatos obrigando os cidadãos a formar organizações próprias para salvaguardar seus direitos, e em Portugal temos as associações de imigrantes; acesso desigual ao mercado de trabalho ficando com os empregos com piores remunerações e sentindo dificuldades de promoção; taxa de desemprego mais elevada; segregação residencial e habitacional; segregação educacional; e diferenciação perante a lei.

O movimento associativo demonstra ser a principal via de mobilização e articulação para pressionar o governo a criar e melhorar ações públicas para uma integração dos afrodescendentes portugueses e da primeira geração de imigrantes. A organização das ações coletivas na sociedade civil portuguesa por parte dos imigrantes e dos afrodescendentes portugueses se inserem no associativismo enquanto diretriz de suporte teórico para as ações políticas em torno da integração na sociedade acolhedora. Gohn (2008) ao estudar os paradigmas europeus sobre os movimentos sociais destaca duas grandes linhas de abordagens explicativas para as ações de reivindicação construídas pelos atores sociais posteriormente ao maio de 1968, sendo elas a neomarxista e a

culturalista-acionalista que se consagram no que a literatura brasileira trata sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS)³ na Europa. De acordo com Scherer-Warren (2005) os NMS almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, bem como no seu interior nas relações de força entre os opostos da contradição de classe na sociedade.

Os Novos Movimentos Sociais recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a ser adquiridos para suas clientelas. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas buscam, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (Gohn, 2008: 125).

A linha teórica de análise conceitual sobre a sociedade civil e o papel do Estado como responsável pelo gerenciamento da vida em sociedade se apoia nos escritos de Antônio Gramsci que defende ser o Estado uma instituição formada por duas principais esferas de intervenção: a sociedade civil e sociedade política. Simionatto (1999: 68) ao fazer uma interlocução da teoria de Gramsci ajuda-nos a distinguir que a sociedade civil pode ser compreendida como "um conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida quotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado de instituições e ideologias nas quais as relações se organizam" já a sociedade política pode ser indicada "como um conjunto de aparelhos através do qual a classe dominante exerce a violência, ocorre a ditadura da dominação na coerção". (ibidem). A concepção de Estado ampliado de Gramsci envolve uma relação dialética entre a sociedade civil e a sociedade política que pode ser atualizada no contexto das sociedades globalizadas atuais. A questão da dominação exercida pelo Estado deve ser compreendida a partir do poder de coerção (ideológico e de aparatos institucionais como por exemplo a polícia) para manutenção da "paz social".

As associações podem ser consideradas "núcleo fundamental da sociedade civil, transpõem para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, reformulando-os em problemas sociais, que serão objeto de discussão pública alargada, em grande parte através dos meios de comunicação social" (Viegas, 2014: 38). Segundo esse mesmo autor as associações tomam para si o processo de intermediar as demandas dos grupos locais com o Estado que pode ou não atender suas reivindicações.

No caso específico da vida associativa relacionada aos imigrantes africanos em Portugal, o número não despidendo de associações de imigrantes e seus descendentes⁶, a estrutura jurídica e normativa construída pelo governo português através do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), que inclui a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), e do Serviço Estrangeiros e Fronteiras (SEF), demonstram a urgência e seriedade com que são tratadas as demandas das comunidades africanas. No entanto, Albuquerque (2008) sustenta que o Estado ao exercer sua função pode tanto incorporar as demandas, apresentadas democraticamente pela sociedade civil, por exemplo políticas públicas que possibilitem a real integração dos afrodescendentes portugueses ou opostamente incorporar os indivíduos singulares na burocracia dos aparelhos estatais. "O Estado pode proporcionar (ou não) determinados recursos às organizações de migrantes;

a sua ação pode incidir na criação de canais específicos que favoreçam a participação, tendo por base uma categorização de base étnica que, por sua vez, condiciona a expressão de identidades coletivas por parte dos imigrantes, ou, numa visão oposta, a incorporação é estruturada em função do indivíduo e as ligações entre o Estado e as organizações de imigrantes são menos institucionalizadas". (Soysal, 1994, *apud* Albuquerque, 2008:75).

As instituições e associações da sociedade civil entrevistadas têm suas reivindicações centradas no combate ao racismo e na integração dos cidadãos oriundos dos PALOP no acesso aos direitos sociais e na luta pelo fim da discriminação étnico-racial presente no dia-a-dia dos afrodescendentes portugueses. Com tempos de atuação diferenciados, o SOS Racismo e a DJASS se constituem em duas associações portuguesas com enfoques diferenciados, para tratar das questões referentes ao preconceito, xenofobia e discriminação racial em Portugal.

A partir das entrevistas realizadas com membros das associações foi possível construir uma linha de análise sobre as entidades da sociedade civil em três fases distintas: a primeira entre 1974 a 1986; a segunda fase entre o final da década de 1980 e toda década de 1990; a terceira marca os anos 2000. Essa cronologia demonstra que as ações coletivas que envolvem os imigrantes e seus descendentes foram marcadas quer pelos processos pós-revolucionário e de estabilização democrática, quer pela conjuntura de entrada do país na União Europeia, bem como as suas dinâmicas presentes já neste século. De acordo com Albuquerque (2008:72) "a pertença de Portugal à União Europeia tem influenciado a produção legislativa relativa à gestão dos fluxos e à integração dos imigrantes, determinada pela exigência de uniformização de políticas de imigração".

A primeira fase será denominada como "fase de inverno" entre 1974 e 1986 será caracterizado pelo período após as independências reconhecidas dos países africanos, desencadeadas no seguimento do 25 de abril de 1974. Esse período pode ser também caracterizado como a primeira fase de imigrantes que chegam a Portugal oriundos dos países africanos recém independentes, com uma maior concentração de cabo-verdianos, e se caracteriza como o primeiro grande momento da presença de comunidades negras na sociedade portuguesa contemporânea. Mendes (2010: 233) caracteriza o surgimento das associações como fase de emergência que foi impulsionada pela "falta de apoio das autoridades portuguesas", procurando os primeiros imigrantes "acolher e integrar os seus conterrâneos". A ativista da DJASS relata essas características no seu depoimento:

"Muitas associações de base local e associações supostamente de migrantes, estavam mais a lutar pelos direitos das pessoas e não tanto pelo racismo. Viam que as pessoas não tinham direitos nenhum, a educação, habitação era tudo mais complicado e então a luta contra o racismo em si ficou mais apagada, no meu ponto de vista." (Ativista da DJASS, 07/04/2017).

Carita e Rosendo (1993) identificam o associativismo étnico enquanto um instrumento aglutinador das expectativas e exigências dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, com a formação de uma importante rede que permite uma melhor fixação na nova realidade nacional em contextos migratórios, ou seja, "a imigração não constitui, portanto, um processo ou opção livre e simples, uma vez que segue modelo de repetição e comportamento inconsciente, sendo essencial no processo migratório o acesso a amigos,

familiares e conhecidos já instalados no país [...]". (Carita e Rosendo, 1993: 139). Nessa primeira fase temos por parte das associações ações de garantia do acesso aos direitos sociais e preservação das identidades culturais de origem das comunidades de imigrantes algo que marcou indelevelmente a constituição e organização das primeiras associações que surgem em Portugal e se confrontam de forma imediata com ambiguidades na própria condição de imigrante. Conforme relata ativista entrevistada:

Essa realidade vai mudar porque... essa leva, depois dela resulta uma primeira geração de imigrantes, que é aquela que nasce finais de 70, ali uma mistura entre retornados e imigrantes de fato. Depois começa a entrar no espaço da sociedade como a escola, no trabalho, começa a haver presença dos miúdos, jovens negros no sistema escolar, na comunidade escolar, eles começam a ser visíveis, mas invisíveis. Depois nisso esses jovens deparam de fato com o que é a verdadeira face racista do país, né? Eles são na verdade todos catalogados como estrangeiros, apesar de terem nascidos cá. Ou seja, a sua filiação geográfica cultural é nas colônias, não é no território nacional. O que fazem delas crianças com menos direitos, com menos possibilidades, com trajetos sociais escolares mais acidentados, e daí nasce uma consciência da diferença. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

As ambiguidades constantes porque passam os imigrantes são apresentadas por Carita e Rosendo (1993) como inseridas no processo dialético de preservação das suas identidades culturais de origem e de desconstrução das mesmas para facilitar seu processo de integração na nova sociedade. Essas ambiguidades são percebidas e reconhecidas por parte do Estado português através da legalização das associações, mas como uma forma contida de ação política por parte dos imigrantes de 1ª geração que consolidam a primeira fase organizativa das comunidades negras africanas em Portugal.

O imigrante encontra-se constantemente perante ambiguidades: entre a sociedade que não é a sua, que não reconhece como sendo sua, e que também não o reconhece como sendo seu elemento de direito e a sua sociedade natal na qual não se encontra como membro efetivo, presente e participante. Cria-se então uma relação ambígua entre sociedade de origem e sociedade onde vive e trabalha (Carita e Rosendo, 1993:140).

No final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX temos a segunda fase caracterizada pelas associações de imigrantes e a participação da juventude através do *Hip Hop* com destaque para o papel da cultura como instrumento de mobilização. O cariz cultural a partir do surgimento de diversas associações de imigrantes e o cariz político expressam as reivindicações das precárias condições sociais e de invisibilidade de uma geração de filhos e filhas nascidas em Portugal. Mendes (2010: 233) destaca que essa segunda fase tem um elemento integrador dos imigrantes a partir "da afirmação das associações como agentes da integração econômica dos imigrantes" e da consolidação e amadurecimento do movimento associativo a partir da sua formalização legal no final da década de 1990.

O combate ao racismo aqui em Portugal há alguns anos atrás na década de 80, foi algo mais forte do que é neste momento. Não sei porque, na altura também havia muita campanha mundial a nível europeu que era "todos diferentes e todos iguais" e nessa altura com essa campanha muitas associações apareceram e combateram o racismo, pediram a integração de toda a gente, a respeitar toda a

gente, principalmente os mais pequenos. E nessa altura havia muitas associações, eu mesma fiz parte de uma associação de jovens, eu era jovem nessa altura, e que se chamava Cabo Jovem e nosso intuito era esse mesmo, era com os jovens de segunda geração tentar mobilizar através do associativismo. (Ativista da DJASS, 07/04/2017).

A fala da ativista da DJASS sobre sua inserção no movimento associativo na época da juventude demarca as características da segunda fase do associativismo dos imigrantes em Portugal: o cariz político e cultural. A legitimação de Portugal enquanto um país membro da Comunidade Europeia obriga o Estado português a construir estratégias de acolhimento, num primeiro momento, e de políticas de integração a partir do duplo movimento de pressão por parte do Parlamento Europeu e das comunidades de imigrantes que crescem ao acompanhar as ondas de imigração que povoam Portugal a partir da década de 1990. Mendes (2010) destaca o quantitativo de associações surgidas nesse cenário: "Em 1990 apenas existiam 10 associações e em 1996 esse número tinha subido para 78, com exceção da Casa do Brasil, todas as associações eram africanas, em particular cabo-verdianas e angolanas. Atualmente existem 124 associações de imigrantes reconhecidas pelo Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural (ACIDI) e um número indeterminado de outras associações que, não sendo reconhecidas pelo Estado português como associações de imigrantes, desenvolvem atividades no âmbito de apoio aos cidadãos autóctones que residem na sua área de influência". (Mendes, 2010: 234).

Pereira (2010: 237) ilustra o cenário conjuntural e o papel político das associações em sua segunda fase de efervescência em Portugal e destaca à "medida que vão se consolidando começam a intervir e a reivindicar direitos plenos de cidadania. É, pois, através dessa intervenção que se tem conseguido fazer ouvir as suas vozes junto da sede de poder.". Ou seja, se na primeira fase fica expresso que a necessidade de organização de associações coletivas refletiu a entrada de imigrantes e seus processos ambíguos de adaptação à sociedade de acolhimento, a segunda fase por sua vez demarca um processo de politização e pulverização de ações políticas por parte dos imigrantes, cujos filhos são intitulados de 2.ª geração de imigrantes.

É no percurso conjuntural da segunda fase que temos a instauração em 1996, pelo Decreto-Lei n.º 3-A/96, do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas que teve no início estatuto equiparado a subsecretário de Estado com dependência direta do Primeiro-Ministro. E também com o Decreto-Lei n.º 115 em 1999 que se regulamentam as associações a partir de um regime jurídico para as associações de imigrantes. No entanto, diante dos desafios apresentados pela tarefa de criar mecanismos de integração da população de imigrantes e seus descendentes nascidos em Portugal, em 2002 foi criado um Alto Comissariado com estruturas de caráter interdepartamental de apoio ao governo nas matérias de imigração e minorias étnicas. Em 2005 essa instância assume a natureza de serviço de coordenação e em 2007 ocorre uma grande fusão de todas as áreas que tratava de assuntos ligados a imigração e minoria étnica com centralidade na reformulação do Alto-Comissariado que passa para a nomenclatura de Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Em 2014 existe a última reformulação de nomenclatura e mudanças no seu estatuto passando a chamar-se ACM - Alto Comissariado para as Migrações.

Todas essas mudanças legais são um reflexo da complexificação das relações sociais e das dinâmicas sociopolíticas que perpetuam o quotidiano de não integração dos imigrantes e dos seus descendentes na sociedade portuguesa como cidadãos. Como nos relata uma das entrevistadas:

O Estado criou uma estrutura chamada ACM, tem vários nomes mas agora se chama ACM, começou por ser chamar de Alto Comissariado para Imigração e Melhorias Étnicas e passou para Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural ACDI e agora chama-se Auto Comissariado para as Migrações, durante toda a evolução, ou seja a própria evolução da nomenclatura da instituição tem um objetivo político e o que aconteceu foi que esta estrutura que supostamente é para responder os problemas, pronto, do déficit de igualdade que se depara as comunidades, acabou por atomizá-los fazendo o seguinte de ir buscar os melhores recursos humanos do movimento associativismo e colocá-lo como mediador entre o Estado e as comunidades. Significou que capturou a sua voz e depois tem uma função absolutamente maquiavélica que é dar uma cara lavada ao racismo institucional que é então temos aqui os pretinhos a fazer a triagem, então a queixar-se o que mais outra vez. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

No cariz cultural teremos uma série de Associações que variam suas intervenções na perspetiva recreativa e na perspetiva política de aglutinação de uma juventude oriunda dos bairros sociais da grande Lisboa que encontrou no *Rap/Hip Hop* canal de organização e diálogo com a sociedade portuguesa através da música:

E nós começamos a ter o movimento do hip-hop, década de 80, finais de 80 e início de 90, muito marcado com a necessidade de afirmação da sua negritude no espaço público. Tivemos uma das, na minha opinião, isso sobretudo é muito subjetivo, mais para mim um dos rappers mais importante dessa fase é o General D, houve vários [...] houve vários aqui, mas para mim o mais contundente e mais consequente tanto no espaço e no tempo foi o General D, ele teve, aliás... ele teve na origem na direção do SOS Racismo logo no início, portanto o SOS Racismo tem 25 anos, 26 agora, portanto é só parar para tu ver que ele teve essa consciência política de ser. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

O movimento *Hip Hop* pode ser considerado um canal de comunicação da juventude afrodescendente portuguesa, os imigrantes de segunda geração, de reagir ao descontentamento das desigualdades sociais produzidas no cenário de contradições que permeiam suas vidas (Contador, 2001). Será na terceira fase do associativismo imigrante que a ação coletiva dos ativistas afrodescendentes portugueses eclode em várias frentes de mobilização. Nuno e Raposo (2018) analisam as desigualdades sociais a partir das desigualdades de classe e as práticas de ação coletiva de jovens afrodescendentes residentes nos bairros periféricos da grande Lisboa.

Ao analisar o modo pelo qual as desigualdades de classes constroem ou potenciam a capacidade para agir, discute-se a hipótese de as relações entre as desigualdades de classes e a ação coletiva produzirem regularidades e contrarregularidades, estas últimas visíveis em "cidadanias insurgentes" (Holston, 2013). Procura-se compreender a ação coletiva considerando as condições sociais dos atores, observáveis a partir das escalas de análise europeia, nacional, local e individual. " (Nunes e Raposo, 2018: 211).

A terceira fase é, então, demarcada pelo discurso político de afirmação da identidade negra e está alocada na história na primeira década dos anos 2000 com o surgimento da *Plataforma Gueto*, no concelho de Amadora, e a *Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal* (PERCIP). As duas plataformas podem ser compreendidas como estratégias de aglutinação das demandas políticas comuns entre as associações. Essa fase é considerada a mais importante no que diz respeito a organização de plataformas políticas que forneceram diretrizes para as ações coletivas “através da participação política e cívica dos imigrantes” e marcar um processo de rutura nas orientações para a denúncia das ações de discriminações realizadas tanto por agentes públicos, e seu aparato institucional, como por cidadãos comuns que reproduzem preconceitos e discriminações raciais.

O surgimento da Plataforma Gueto⁵ foi uma resposta aquilo que era o vazio em que se encontrava a representatividade das organizações antirracistas e nomeadamente no que toca as comunidades negras. Eu sou suspeito, porque faço parte de uma organização que não é uma organização de afrodescendentes, mas é uma organização antirracista, pronto, mas eu tenho que reconhecer isso, é um facto, tinha surgido várias associações de jovens ligados a intervenção da juventude nas comunidades, mas não tinham nem essa projeção e nem tinham essa orientação estratégica. Quando surge a PG surge claramente numa dimensão de dizer: nós estamos aqui, não queremos... queremos ser representados por nós próprios, queremos ser a nossa própria voz, não queremos que alguém seja a nossa voz. Isso é uma ruptura de todos os níveis, ruptura significativa, eu acho que esse surgimento foi muito, muito importante também para, primeiro equacionar toda a retórica antirracista tanto do mainstream político como da própria extrema esquerda, onde eu faço parte também (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

Nessa fase de crescente politização temos também a plataforma PERCIP com perfil político mais formalizado e interconectado às estruturas do Estado português Mendes (2010: 236) afirma que “a PERCIP [...] nasceu da necessidade de dar voz e protagonismo aos destinatários (passivos e divididos) das políticas de imigração e para potenciar a intervenção social e política do movimento associativo imigrante em Portugal.”. A autora destaca ser recente a iniciativa de aglutinar as comunidades de imigrante plurais em um projeto como a plataforma, mas, a iniciativa demonstra uma maturidade no movimento associativo frente as investidas do Estado português por meio do ACIDI em influenciar as ações políticas das associações:

Face à influência que o ACIDI, IP exerce sobre a maioria das associações de imigrantes, por via da dependência financeira destas, bem como sua recente estratégia de invasão nas áreas de intervenção, que por excelência são foro do associativismo imigrante torna, ainda mais pertinente o reforço das estruturas organizativas através de projetos independentes e com capacidade para unir o movimento associativo imigrante em Portugal. (Mendes, 2010: 236).

Apesar das diretrizes políticas diferenciadas entre as duas plataformas citadas no texto, uma mais direcionada para o ativismo antirracista, outra de reivindicação identitária (também antirracista) é perceptível a politização das ações coletivas ao mesmo passo em que o Estado cria uma estrutura jurídico e política para incorporar as solicitações

da população imigrante como também abarcar, em seu aparato institucional, os sujeitos políticos organizados.

Uma quarta fase pode neste momento estar em plena construção, pela radicalização reivindicativa das tendências verificadas na fase anterior. As suas características centrais são a crescente participação de uma juventude de afrodescendentes que coloca o debate das discriminações étnico raciais "em cima da mesa" exigindo por parte dos governos ações que ampliem o acesso aos direitos sociais, melhoria das condições de vida, cumprimento nas legislações que tratam sobre o racismo e mudanças na Lei de Nacionalidade com uma campanha massiva intitulada: "Quem nasce em Portugal é português e ponto final!". Uma outra pauta de convergência na luta das associações nessa atual fase é o reconhecimento por parte do Estado português da existência de pessoas negras portuguesas a partir da recolha de dados censitários e/ou administrativos ético-sociais (recolha e categorização populacional que se tornou interdita após o fim da ditadura e império colonial, que utilizava tais classificações com fins claramente discriminatórios) que permitam conhecer estatisticamente quantos portugueses afrodescendentes existem na atualidade.

Essa fase atual é uma fase de efervescência da afirmação da identidade negra no espaço público em vários campos, o que não era nas outras fases. Aqui é em vários campos, a presença dos negros a sua vontade, a sua capacidade de penetrar em vários espaços e aparecer em vários campos foi maior e mais evidente, e a visibilidade dessa efervescência também foi mais evidente. Não era uma coisa que acontecia, não eram que os movimentos não estavam, ou como você dizia que eram visivelmente invisível, e isto mudou por várias circunstâncias, porque na área por exemplo da cultura de massas, as telenovelas, começamos a ter protagonistas negros a aparecer em horário nobre, inclusive em canais conservadores, TVI que é um canal próximo da Igreja, a SIC que é um canal mais próximo da centro-direita, mas que começam a aparecer figuras importantíssimas desta cultura de massas, consumo de massas, como telenovelas e começa a haver jovens negros a afirmar em várias formas de organização da sociedade civil: na moda, na escrita, nas exatas e nas suas áreas de expressão e até na mobilização política. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

A principal característica da atual fase do movimento associativo imigrante é sua construção ser pautada por uma pluralidade de militantes jovens, parte deles oriundos dos bairros periféricos dos arredores de Lisboa, cujas vivências locais foram demarcadas pela vida associativa dos seus pais e com trajetos escolares avançados, se diferenciando da maioria das famílias imigrantes que, "enfrentam, contudo, obstáculos que marcam o modo como acedem à escola (nem sempre o mais vantajoso), tais como o desconhecimento sobre a organização dos ciclos [...] ou os seus direitos e deveres, para além das dificuldades linguísticas." (Hortas, 2013; Seabra, 2010, *apud* Seabra et al, 2018).

Os ativistas entrevistados destacam que essa quarta fase se diferencia pela necessidade de pautar a "identidade negra" ou afrodescendente como forma de construir uma outra narrativa histórica sobre a questão racial na sociedade acolhedora e começar a encarar o racismo como elemento real construído no quotidiano das relações sociais portuguesas.

Os autores Nuno e Raposo (2018: 217) ao tratarem das desigualdades de classe e relacioná-las as práticas de ação coletiva demonstram um perfil de ativistas “criadores de novos espaços de ação coletiva, eles intervêm artística e politicamente com o intuito de se contraporem às lógicas de subalternidade que os marginalizam, abrindo caminho para uma “cidadania insurgente”⁶,

Agora parece que está a ressurgir um bocadinho, surgiu a DJASS, a AfroLins, surgiram outras associações que nós tentamos, queremos falar do racismo. Porque em Portugal o racismo é encarado como algo que não existe, se não existe não vai discutir, não pode discutir uma coisa que não existe, né? Para quê? Então o racismo é visto como..., quem discute o racismo está a arranjar problemas, discutir o que não existe, está à procura de discutir algo que não existe. Então nós surgimos nessa meta de tentar falar do racismo, tentar mostrar que existe racismo, e esse racismo institucional é transversal a toda sociedade, os portugueses gostam muito de dizer cá “Ah! Eu cá não sou racista, eu até tenho amigos pretos!” Dizem muito isso... “Ah! Tenho amigos pretos, amigos brasileiros, não sei o quê” e dizem que não são racistas, mas não percebem que as atitudes que são racistas, que mesmo a forma de não dizer nada e de não fazerem nada é racismo porque eles estão a compactuar com o racismo e deixar que isso aconteça. (Ativista da DJASS, 07/04/2017).

O cenário atual é de configurações de novas organizações associativas que acompanham as formas de comunicação via mídias sociais na construção de uma cena virtual de aglutinação dos afrodescendentes portugueses que pautam questões relacionadas ao combate do racismo, da xenofobia e do machismo. Iniciativas como “Roda das Pretas”⁷; o áudioblog Rádio AfroLis; a Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal (FEMAFRO); a Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana (PADEMA) e o Núcleo de Estudantes africanos da Faculdade de Direito de Lusófona (NEA).

Atuação das associações antirracistas em Portugal e a busca de políticas de integração

Os aspetos elencados acima fazem parte das pautas de mobilização das associações analisadas. Estas centralizam suas intervenções na denúncia e no combate contra as discriminações étnico raciais e do racismo sedimentado na sociedade portuguesa, cuja formação socio-histórica não pode ser pensada sem tomar em consideração a expansão imperial e colonização, o tráfico de negros africanos escravizados e a escravidão como modo de produção generalizado.

A partir das entrevistas realizadas com ativistas nos meses de março e abril de 2017 foi possível construir uma linha de análise sobre o movimento associativo e os formatos de construção das ações coletivas que envolvem o quotidiano político das associações. A aproximação com as entidades da sociedade civil foi feita através de inserção nas atividades organizadas por estas entidades o que possibilitou o mapeamento de instituições governamentais que trabalham diretamente com a população que vivenciam preconceitos raciais na região da grande Lisboa⁸ e realização das entrevistas semiestruturadas com representantes das associações que responderam positivamente os contactos eletrónicos, a DJASS e o SOS Racismo.

O SOS Racismo em Portugal teve sua fundação em dezembro de 1991 impulsionado pelo clima de comoção resultante do assassinato de José Carvalho, militante do Partido Revolucionário Socialista, perpetrado por um grupo de *skinheads*, de extrema-direita em dezembro de 1989. Este assassinato é considerado o primeiro crime motivado explicitamente por ideologias racistas em Portugal. Em 1995 ocorre o assassinato do jovem afrodescendente Alcino Monteiro, levado a cabo um grupo de jovens pertencentes à organização de extrema-direita nacionalista e racista Movimento da Ação Nacional (MAN) que fora extinto em 1992 pelo Tribunal Constitucional a pedido da Procuradoria-Geral da República, (Monteiro, 2014). No cenário de consolidação da democracia em Portugal o surgimento do SOS Racismo desponta como um alerta para o silêncio sobre temas considerados tabus, como o racismo e a xenofobia, como nos relata um dos nossos entrevistados sobre o cenário de comoção em torno do combate antirracista e antifascista que nasce o SOS Racismo:

(SOS Racismo) surge num contexto bastante particular, um ano antes tinha havido um assassinato de Zé Carvalho um militante de extrema esquerda, antirracista e antifascista conhecido e foi morto pelos skinheads precisamente por causa disso. E aí começa a ideia de se criar o SOS Racismo e é um contexto histórico particular porque era para 1990 era vinte anos depois das Independências, ou seja, era um país que estava a sarar a sua dor, seu luto colonial [até hoje], não conseguem, eu digo isso sempre, não fizeram a catarse histórica, não houve sobre o colonialismo nem sobre a escravatura nenhuma, aliás a prova disso é que eles (portugueses) têm dificuldade de discutir racismo, escravatura então nem se fala. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017).

Em 2016, 25 anos após a inauguração do SOS Racismo, têm início os trabalhos da DJASS (Associação de Afrodescendentes) que tem o diferencial das outras associações por englobar explicitamente a questão dos afrodescendentes com o objetivo de alargar o círculo de associados e se diferenciar das associações de imigrantes. O cenário de diversidade étnica e multicultural em que Portugal está inserido reflete a estrutura complexa da sociedade portuguesa.

A Djass surgiu para combater o racismo e toda a forma de discriminação contra os negros e afrodescendentes, pronto, nós incluímos o Afrodescendentes. Primeiro... nós queremos que fosse só negros? Deixamos de fora todos que não se consideram negros! Se é afrodescendente toda a gente que sente afrodescendente, mesmo que seja português e branco de pele, mas que seja descendente de um africano e que sente e saiba que de alguma forma é afrodescendente tem lugar em nossa Associação. Nós queremos abarcar toda a gente, assim tem os brasileiros, muitos não se consideram negros, mas são afrodescendentes, abarcamos pessoas do Norte da África, que não são negros, mas são afrodescendentes, pessoas das Antilhas, pronto, tudo que abarca o afrodescendente nós queremos incluir, por isso é que fizemos não uma Associação de negros, mas Associação de afrodescendentes o mais geral possível. (Ativista da DJASS, 20/04/2017).

Assim, no universo associativo dos imigrantes portugueses, nomeadamente dos PALOP, temáticas como o preconceito étnico-racial e seus desdobramentos estão a emergir de um cenário de invisibilidade e a constituição de novas associações com o perfil político e

cultural da DJASS demonstram esse cenário, conforme descreve na entrevista a ativista: *Então a DJASS, dentro dessa filosofia de afrodescendentes o que nós queremos é discutir o racismo, trazer para a praça pública, chamar atenção para o racismo que existe, chamar atenção para os negros portugueses que existem e não são categorizados porque em Portugal não há recolha de dados étnicos, baseada na etnia e na cor da pele. Então o que é que acontece, pessoas como eu e muita gente que conheço, que não nasci cá, mas vivo a muitos anos, meus pais eram portugueses porque estavam nas ex-colônias e eram portugueses na altura e com a descolonização ficaram portugueses automaticamente os filhos ficamos portugueses também, mas eu sou negra, para os portugueses eu sou portuguesa, portanto eu entro nas estatísticas dos portugueses, mas eles não sabem, não contam os portugueses negros que existem. Então pessoas como eu que sou negra e portuguesa não apareço em lado nenhum, nós somos contados como portugueses ponto.* (Ativista da DJASS, 20/04/2017).

A discussão sobre o preconceito étnico-racial e o formato que a sociedade portuguesa trata essa questão perpassa por dualidades no reconhecimento do seu passado histórico enquanto estado nação colonizador, responsável pelo tráfico de pessoas negras africanas. E, na contemporaneidade, a necessidade de construir estratégias nacionais eficazes que desmistifiquem o idealismo harmónico de uma colonização pensada como "suave", para quebrar os processos de invisibilidade das desigualdades sociais, económica e culturais em que estão inseridos os afrodescendentes portugueses.

Santos (2011: 142) destaca que "descolonizar é um imperativo bem difícil de se concretizar" devido ao lugar que o passado histórico que o colonialismo representa para Portugal. O colonialismo deve ser compreendido como "toda relação de opressão assente na inferioridade supostamente natural, racial ou étnico cultural do oprimido.". Na análise das áreas de atuação das duas associações pesquisadas encontramos um reflexo do autor acima citado ao verificarmos a existência de três pontos em comum: visibilidade do racismo em Portugal, a cultura de valorização dos afrodescendentes e a educação. Nos trechos a seguir podemos acompanhar essas linhas de atuação:

Quando surgimos decidimos fazer três coisas: uma delas é dizer que o racismo não era uma questão moral é uma questão política, e enquanto tal, obriga ao confronto ideológico. Na altura isso era uma posição, ainda hoje, é uma posição que é muito pouco aceite, porque para os antirracistas moralistas isto é um exagero. Porque consideram que o racismo é simplesmente uma coisa entre bons e maus não é uma coisa estrutural, ou seja, vamos lá com a catequese, com isso e tal há umas pessoas que são más outras são boas e entre as pessoas más são racistas porque são más. Depois temos os negacionistas, que dizem que vocês estão a levantar fantasmas, Portugal, como vocês sabem, foi um dos países que teve a melhor colonização e foi toda a literatura lusotropicalista sobre a bondade do colonialismo português, a sua diferença [em relação à colonização] espanhola. Toda missão civilizadora e de amizade que estavam impregnadas no colonialismo português, depois eles usavam uma frase que era essa coisa de "nós fizemos a nova raça, o novo homem, então não podemos ser racistas". Bom e na altura decidimos que não estávamos para isso, para essa conversa mole. (Ativista do SOS Racismo, 27/03/2017)

A centralidade do racismo estrutural denunciado pelas associações corrobora o pensamento de Rex ao afirmar que a abordagem dos grupos étnicos e relações raciais deve incluir referências à estrutura política e econômica da sociedade onde se inserem, às diferenças entre diferentes grupos étnicos e suas relações com esta estrutura e ainda a questões relacionadas com a estratificação social dessa sociedade e seus reflexos nos grupos étnicos (Rex, 1986, *apud* Carita e Rosendo, 1993:138). As diferenças étnicas entre os países que formam a comunidade de afrodescendentes em Portugal não devem ser ignoradas. A ativista da DJASS faz observações com relação a uma homogeneidade imposta pelos portugueses que desrespeita as particularidades de cada nação africana:

O que nós queremos é chamar a atenção e mostrar o que é que existe e o que se faz para os negros e afrodescentes, o que eles estão a fazer a nível de espetáculos, música, cinema que há, só que aqui não se ouve. Tirando Funaná e Quizomba as pessoas basicamente não sabem mais nada, é moda as pessoas dançarem, ouvem músicas angolana e africana, mas dizem que é africana e é angolana, Angola é um país não é África, não é? Mas consideram africana como se fosse tudo, enquanto há N tipos de músicas em África. (...) tem o Funaná de Cabo Verde, tem a Marabenta de Moçambique, há N (enes), mas pronto, eles acham que estão a dançar música africana. Chamar atenção para isso que a outros tipos de músicas, outros tipos de expressões culturais e África é um continente com mais de 50 países, portanto nós queremos chamar atenção para isso. Tirar aquela coisa de que África é um país, não? É um continente como a Europa é um continente, tu saís da fronteira para a Espanha e é diferente, África é a mesma coisa de Angola para Moçambique é longe, de Angola para outro país passa a fronteira, é outra língua, outra cultura, portanto é para ser tratado como um continente e não como um país. (Ativista da DJASS, 20/04/2017).

Desta forma, as discriminações étnico raciais combatidas pelas duas associações na sociedade portuguesa demonstram como o racismo é presente no quotidiano das relações sociais e sua atualização se dá através da manifestação do colonialismo,

Na versão que lhe dá a modernidade ocidental, o racismo deriva da geminação do colonialismo com o capitalismo. É hoje uma das presenças mais insidiosas do colonialismo do nosso tempo porque atua nas instituições e fora delas, porque existe no nível interno e no nível das relações internacionais, porque se disfarça frequentemente de antirracismo bloqueando assim a luta contra ele. Está nos livros de história, nos noticiários, na repressão policial, nos preconceitos semânticos (frases e piadas racistas), nos preconceitos da suspeita (o ethnic profiling – a cor da pele como sinal automático de perigo – tanto no recrutamento de pessoal como no aluguel de casas), na desvalorização ou repressão da diversidade cultural, nos transportes públicos, no quotidiano das relações interindividuais. (Santos, 2011: 142).

Conclusões

O movimento associativo de imigrantes e afrodescendentes, na sua relação com o Estado português e toda estrutura jurídica e política construída para a integração dos imigrantes e dos afrodescendentes, produziu dois principais resultados que demonstram algum

antagonismo na relação entre Estado e movimento associativo negro. Esse antagonismo não é total, as formas de incorporação das associações em plataformas de consulta, mesmo tendo dimensões de enquadramento e controle, são também mecanismos de auscultação.

O primeiro resultado decorre no processo de acirramento das disputas pela direção das associações de imigrantes a partir da postura do Estado em capitanear membros das comunidades para o seu aparato institucional. O que resulta, de forma simultânea, no processo de desmobilização dos imigrantes de outras vias de participação política na sociedade portuguesa, qual seja as associações com viés cultural e assistencial.

O segundo resultado confere a dinâmica acelerada dos processos de mudanças nas relações sociais provocadas pelos fluxos de imigrantes e sua permanência na sociedade portuguesa, tendo como reflexo novas formas de articulações políticas que desenham novas ações coletivas. A DJASS é um dessas articulações, pois tem no seu nascedouro propostas de intervenções que são multiplicadas por outras associações cujos protagonistas contestam, de forma plural e diversificada, a subalternidade dos imigrantes e afrodescendentes portugueses. O que produz estratégias de resistências aliadas ao campo da construção de identidades culturais diante dos persistentes ataques de racismo e xenofobia na sociedade multicultural portuguesa.

Notas

¹ Com relação a xenofobia vamos conceituar de acordo com a discussão realizada por Cabecinhas [2008: 168], a autora destaca que, “xenofobia é definida como “aversão ou hostilidade manifestada a pessoas ou coisas estrangeiras” (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia de Ciências de Lisboa, 2001: 3792). Essa aversão ou antipatia pode ser traduzível em percepções ou comportamentos e tem sempre um denominador comum: manifesta-se em relação a indivíduos de uma nacionalidade diferente da do próprio, isto é, estrangeiro, por isso alguns autores preferem termos mais abrangentes como heterofobia, que se refere à hostilidade manifestada a indivíduos que são percebidos como diferentes.”. Em razão da situação de discriminação étnico racial pela qual passam os ciganos portugueses.

² No corpo do texto utilizaremos o termo imigrantes africanos da primeira geração para denominar o grupo de pessoas nascidas em países do continente Africano que migraram para Portugal. Para os filhos dos cidadãos imigrantes da primeira geração que nasceram em Portugal, mas não possuem o estatuto de cidadão nacional, utilizaremos a expressão afrodescendentes portugueses.

³ “De forma geral, quando se fala em movimentos sociais a partir dos anos 70, a teoria que vem à mente é a dos Novos Movimentos Sociais, porque foi construída a partir da crítica a abordagem clássica marxista e graças a ela desenvolveu-se um intenso debate com o paradigma acionalista norte-americano. Apesar de ter influenciado vários trabalhos na América Latina, ela não teve a hegemonia nas diretrizes teóricas dos trabalhos lá desenvolvidos, dividindo o espaço com as teorias neomarxistas.” Gohn [2008:119].

⁴ Em lista fornecida pelo site do ACM contabilizou-se 100 Associações “Representativas dos imigrantes e seus descendentes” a partir da Lei 11/99 de 03 de agosto.

⁵ A Plataforma Gueto se autodeclara um “movimento social negro que combate o racismo e defende a autodeclaração de todos os povos através da resistência anti-imperialista/capitalista, anticolonialista e antirracista.” (Página do Facebook), tem início das suas atividades na década de 2000 e utiliza a veia cultural do Hip Hop bem como as mídias sociais para artigos de intelectuais negros e jornal de elaboração própria para denunciar as ações repressivas sofridas pelas comunidades afrodescendentes que vivem nas áreas periféricas das cidades que formam a grande Lisboa.

⁶ Para os autores a “cidadania insurgente” é construída a partir de um “sentimento de injustiça perante as desigualdades sociais e a precarização de direitos sentidas por grupos socioeconomicamente vulneráveis também pode estimular uma “cidadania insurgente” que questiona a subalternização das suas vidas [...]” (Nuno e Raposo, 2018: 223)

⁷ A Roda das Pretas não pode ser caracterizada como uma Associação, até porque ela não se constitui legalmente para tal, e sim como uma ação política realizada por um coletivo de mulheres negras feministas que combatem o racismo e suas atividades tem os objetivos de servirem como espaço de reflexão sobre políticas, identidades e representatividade e seu meio de comunicação e contacto é exclusivamente pelas mídias sociais (Facebook).

⁸A observação participante foi a técnica de pesquisa de campo adotada para uma aproximação com os cidadãos e cidadãs que vivenciam e combatem as discriminações étnico raciais no seu cotidiano a partir da inserção em atividades organizadas por Associações que pautam a discussão étnico-racial em Portugal, especificamente as atividades ocorridas em Lisboa e Amadora, que foram: Roda das Pretas, DJASS, FEMAFRO, Plataforma Gueto e SOS Racismo.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade – Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia especialidade Sociologia das Migrações, Universidade Aberta.
- Almeida, M. S. (2014), "Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo.", *Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro* – n.34, v. 12, Rio de Janeiro, pp. 131-154.
- Basso, P. (2013). *"Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje." Intermittências da crise e questão social: uma interpretação marxista*. 1.ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB. 331 páginas.
- Cabecinhas, R. (2008). "Racismo e Xenofobia: a actualidade de uma velha questão". *Comunicación e Ciudadanía*, n. 2. Disponível aqui (consultado em 19/03/2019).
- Carita, C. e Rosendo, V. N. (1993), "Associativismo cabo-verdiano em Lisboa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 135-152.
- Contador, A. (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Delgado, A. (et al.) (2014). "Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal com base no Censo 2011." *In: Revista de Estudos Demográficos* n.º 53. 2014, Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Ferguson, I. (2016). "A esperança acima do medo: o ensino do Serviço Social rumo a 2025". *In: Braz, M. et al. (2016). Serviço Social Portugal – Brasil: formação e exercício profissional em tempos de crise*. Campinas: Papel Social.
- Filice, R. C.G. (2017). "Tecendo redes antirracistas: África (s), Brasil e Portugal". *In: Jesus, D. et al. Racistas são os outros: contribuição ao debate lusotropicalista em África, Brasil e Portugal*. Salvador: Afirma-se.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Gomes, S. V. (2016). *NU BAL: Promoção da Saúde no Bairro Alto da Cova da Moura*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social pelo Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL.
- Gohn, M. G. (2008). *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hespanha, P. (1999). "Em torno do Papel Providencial da Sociedade Civil Portuguesa" em *Cadernos de Política Social* N.º 1 – Redes e Políticas de Solidariedade, Lisboa, APSS – Associação Portuguesa de Segurança Social.
- Hortas, M.J. (2013), *Educação e Imigração: a Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa*, Coleção Estudos, 50, Lisboa: ACIDI. Disponível aqui.
- Mendes, F. R.. (2010). "Reflexões sobre o movimento associativo imigrante em Portugal.". *In: Beja Horta, A. (org.) Revista Migrações*, N.º 6, abril 2010, Observatório das Migrações, pp. 233-236. Disponível aqui.

- Monteiro, F. (2014). "A vítima perfeita." In: <https://observador.pt/especiais/alcindo-monteiro/> (consultado em 02/06/2017).
- Nuno, N. e Raposo, O. (2018). "Desigualdades de classes e práticas de ação coletiva: escalas de análises." in *Desigualdades Sociais: Portugal e Europa*. Lisboa: Mundo Sociais.
- Pereira, F. (2010). "Associativismo migrante e participação política: que respostas para os novos tempos? " In: Beja Horta, A. (org.) *Revista Migrações*, N.º 6, abril 2010, Observatório das Migrações, pp. 237-240. Disponível aqui.
- Santos, B. S. (2011), *Portugal: ensaios contra a autoflagelação*. São Paulo: Cortez.
- Scherer-Warren, I. (2005), *Redes de Movimentos Sociais* (3ª edição). São Paulo: Edições Loyola.
- Seabra, T. (et al.) (2018). "Imigração e escolaridade: Trajetos e condições de integração", *Desigualdades Sociais: Portugal e Europa*. Lisboa: Mundo Sociais.
- Seabra, T. et al. (2016). *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao Ensino Superior*. Coleção Estudos, 57, Observatório das Migrações, Lisboa. Disponível aqui.
- Simionatto, I. (1999). *Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez.
- Simionatto, I. (2009). "Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana". *Revista Katalysis*. Florianópolis, v. 12, p. 41-49, jan/jun.
- Viegas, J. L. (2014). "Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, 2004, pp.33 – 50.